

14840 - Reflexões sobre o uso do mapeamento participativo na sistematização de experiências agroecológicas no Espírito Santo

Reflections on the use of participatory mapping in agroecological systematization of experiences in the Espírito Santo

ZANONI, Angelo de Sousa¹; DELPUPO, Maria Jessika de Oliveira²

1 Universidade Federal do Espírito Santo, angelo_sz@hotmail.com; 2 Universidade Federal do Espírito Santo, jessikadelpupo@hotmail.com

Resumo: Este trabalho analisa a prática do uso de mapeamento participativo como metodologia na sistematização de experiências agroecológicas no Espírito Santo. Relaciona o uso do mapeamento participativo com a Agroecologia por meio das reflexões teórico-metodológicas propostas por estudiosos da área. Para isso, apresenta duas experiências de mapeamento participativo realizadas, indicando os procedimentos adotados, os limites, as possibilidades e algumas conclusões. Esta metodologia proporcionou durante os trabalhos de campo a identificação de experiências agroecológicas. **Palavras-chave:** Mapeamento Participativo; Agroecologia; conflitos sócio-territoriais; populações locais.

Abstract: This paper examines the practice of using participatory mapping as a methodology in agroecological systematization of experiences in the Holy Spirit. Relates the use of participatory mapping with the Agroecology through theoretical and methodological reflections proposed by scholars in the field. For this presents two experiments conducted participatory mapping, indicating the procedures adopted, the limits, possibilities and some conclusions. This methodology provided during field work identifying experiences agroecological.

Keywords: Mapping Participatory; Agroecology; socio territorial conflicts; collective identities; local populations

Introdução

O presente trabalho analisa a prática do uso de mapeamento participativo como metodologia na sistematização de experiências agroecológicas no Espírito Santo. Com isso, temos como objetivo: relacionar o uso do mapeamento participativo com a Agroecologia, traçando seus limites e possibilidades; fornecer reflexões teórico-metodológicas sobre o uso do mapeamento participativo, com base nas questões indicadas por Chambers (2006), Acsehrad & Coli (2008), e Herlihy e Knapp (2003); refletir sobre as possibilidades que essa metodologia oferece à construção do conhecimento agroecológico, a partir dos pressupostos teóricos de Altieri (2004).

O mapeamento participativo vem sendo estudado e proposto em diferentes partes do mundo, por diferentes grupos sociais. No Espírito Santo, o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia – NEPEA, da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, propôs o mapeamento participativo durante suas atividades de sistematização de experiências agroecológicas em alguns municípios do Estado. Essa metodologia se mostrou muito importante e trouxe alguns casos emblemáticos que fundamentou debates em grupos de estudos realizados por este núcleo. Dessa forma, apontaram-se algumas dificuldades, avanços e questionamentos no decorrer desse processo. Por isso, pretendemos trazer a experiência do uso de mapeamento

participativo para socialização e debate no sentido de avançar na construção do conhecimento agroecológico.

Metodologia

As análises elaboradas neste texto partiram de pesquisas realizadas com quilombolas, pequenos agricultores e assentados no Espírito Santo. Os quilombolas vivem em comunidades localizadas no norte do estado, no território denominada por “Sapê do Norte”; os pequenos agricultores estão distribuídos nas diferentes regiões do estado e os assentados residem em assentamentos da Reforma Agrária. O objetivo era apresentar os agroecossistemas desenhados pelos agricultores agroecológicos. Para isso, utilizou-se a metodologia do mapeamento participativo.

De acordo com Chambers (2006), a habilidade da população local para fazer mapas só se tornou amplamente conhecida e facilitada no início dos anos 1990. Mais é evidente que o mapeamento local e participativo já havia ocorrido em diferentes locais do mundo, principalmente envolvendo populações indígenas. O mapeamento e as diferentes formas de representações espaciais desenvolvidas por populações locais por conta própria têm uma longa história, e muito provavelmente uma pré-história. Já o mapeamento facilitado por pessoas de fora, os outsiders, é mais recente (CHAMBERS, 2006).

No cenário acadêmico as raízes metodológicas do mapeamento participativo estariam ligadas ao conceito de observação participativa e metodologias de pesquisa colaborativa. Utilizando-se de diversas terminologias, tais atividades são reconhecidas, no debate internacional, como iniciativas de mapeamento participativo. Para Herlihy e Knapp (2003, apud, Acselrad, 2008), o mapeamento participativo reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento. Para Colchester (2002, apud, Acselrad, 2008), os mapas comunitários revelaram-se ferramentas úteis para mobilizar comunidades e gerar debates locais sobre demanda de terras e para planificar o manejo dos recursos naturais.

Resultados e discussões

Dentre 63 experiências sistematizadas pelo NEPEA-UFES, apresentaremos duas experiências de mapeamento participativo, que se tornaram emblemáticas e permitiram o debate em grupo de estudos. São elas:

A) *Área de retomada – Comunidade Quilombola Porto dos Toco (Angelim I), Conceição da Barra – ES.*

A comunidade quilombola de Angelim I, ou Porto dos Tocós, vivenciam desde a década de 1970 uma situação de conflito territorial devido à expansão de monoculturas, principalmente de eucalipto. Uma das experiências indicadas foram duas áreas de retomada, uma destinada à conversão do solo e outra à recuperação de um complexo de lagoas. As duas áreas receberam o plantio de eucalipto durante 30 anos e foram retomadas em 2009 pela comunidade quilombola.

O mapeamento foi realizado combinando saberes locais com o uso de tecnologias de georeferenciamento intermediado pelos pesquisadores. Para isso, utilizou-se o

Global Positioning Systems (GPS) e as fotografias aéreas disponíveis em plataformas do Google Earth, no intuito de mapear as áreas de retomada.

A utilização dessas ferramentas demanda um conhecimento que estaria inserido em meio a processos controlados por setores públicos ou privados. Sendo assim, os membros das comunidades, apesar de decidirem o que vai ser colocado dentro do mapa, dependem em certa medida, de pessoas externas que saibam manusear essas ferramentas. Por outro lado, a troca de saberes se apresenta como uma potencialidade no mapeamento participativo. Essas ferramentas e tecnologias proporcionam o registro para reconhecimento da área de retomada, bem como o monitoramento da recuperação do agroecossistemas.

As figuras a seguir são imagens satélites adquiridas pelo *Google Earth*. A Figura 01 é uma imagem datada em 2007, enquanto a Figura 02 é de 2011. Destacamos as duas áreas de retomadas, e assim podemos visualizar as transformações na paisagem em uma escala mais ampla.



FIGURA 1: Imagem satélite fotografada em 2007. Fonte NEPEA, 2012.

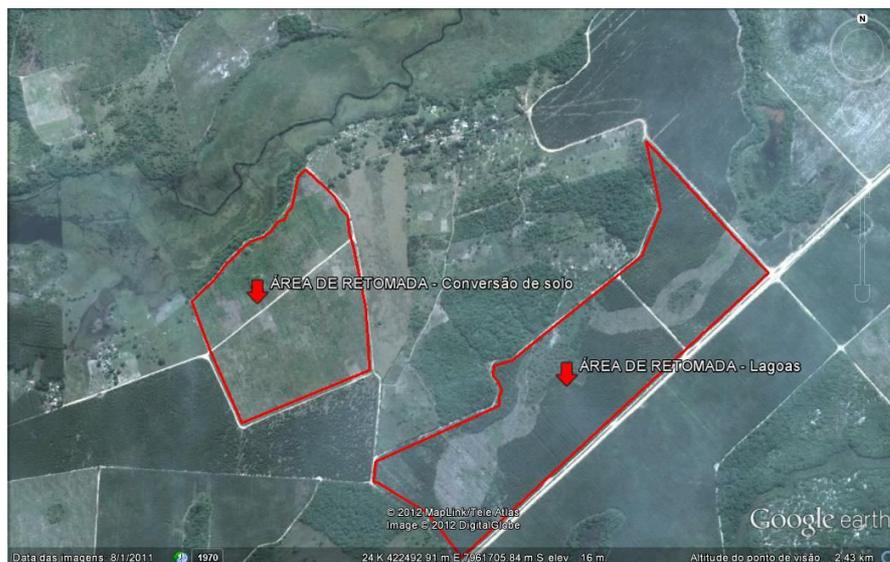


FIGURA 2: Imagem satélite fotografada em 2011. Fonte NEPEA, 2012.

B) Comunidade Córrego da Pedra Torta – Águia Branca-ES

A imagem a seguir foi desenhada pela filha da dona da propriedade, na qual identificou os cultivos realizados pela sua família. O mapa foi realizado no chão e redesenhado no papel por um dos pesquisadores, e assim garantindo a permanência do registro. A finalidade do mapa no processo de sistematização da experiência agroecológica foi atingida quando nos referimos à localização das atividades na propriedade. A construção do mapa permitiu um diálogo criativo entre entrevistador e entrevistado, apresentando de forma ilustrativa a propriedade que iríamos conhecer. Como não andaríamos por todos os pontos da propriedade, ela desenhou os elementos que achou importante serem apresentados.

Este mapa se tornou um caso emblemático, tendo em vista que a agricultora fez questão de colocar os vizinhos que fazem limite com sua propriedade agrícola, sendo todos eles seus tios. Isso representa, portanto, a divisão familiar da terra via herança, na qual seu avô, vindo do município de Muniz Freire, adquiriu um pedaço de terra e, mais tarde, dividiu-a entre seus filhos. O desenho mostra como o espaço é visto no âmbito familiar, porque por mais que o trabalho fosse referente a uma propriedade, às outras também possuía sentido e, portanto, mereciam ser apresentada. Essa condição aparece também como uma problemática, visto que as propriedades se tornam cada vez menores, sendo mais um desafio de manter o jovem no campo, conforme observado pela agricultora: *Nos preocupamos com o futuro dessa criança. Talvez para mim ainda dê, mas a terra fica cada vez menor.*

Ainda há outra dificuldade referente àquela região. Estão na base de um afloramento – a Pedra Torta, que está integrada ao Parque Nacional dos Pontões Capixaba e, que, por um tempo, levantou-se a possibilidade de remoção das famílias para a criação de um Monumento Natural. A remoção não foi realizada devido às resistências dos camponeses, organizados no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que se manifestaram em diversos lugares. Ainda assim, por ser uma região montanhosa, a legislação ambiental dificulta a produção camponesa de acordo com seus regulamentos, dentre eles a preservação de 30 metros da mata ciliar e de declividade superior a 45° em encostas ou parte dela. Isso, praticamente, inviabilizaria a agricultura para àquelas famílias que, historicamente ali residem.

Conclusões

De acordo com Altieri (2004), podemos entender a agroecologia como a ciência que disponibiliza princípios ecológicos básicos para estudar, projetar e manejar formas de agricultura conservando os recursos naturais, valorizando a participação dos agricultores e adaptando as atividades agrícolas às realidades locais. Nesse sentido, o mapeamento participativo se apresenta como metodologia para compreender e monitorar os agroecossistemas agroecológicos, bem como situações de conflitos, e outras questões e problemáticas. Isto se deve ao fato do mapeamento participativo apresentar uma espacialização na perspectiva dos sujeitos locais.

O mapeamento participativo possibilita a discussão mais aberta entre interlocutores e agentes produtores do espaço, colocando-se para às identidades coletivas, como um espaço de maior liberdade para a discussão dos conflitos sócio-territoriais por quem vive os mesmos, pois os mapas comunitários trazem uma dimensão política e de força a respeito das demandas locais.

